

Brasil vai cobrar acesso mais

Durante visita de Barack Obama, amanhã e domingo, governo levará questões comerciais à mesa de negociação

Simone Cavalcanti, de Brasília
scavalcanti@brasileconomico.com.br

Dois pontos principais em relação ao comércio exterior serão apresentados pelo governo brasileiro durante a visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que desembarca amanhã em Brasília e discursa no Rio de Janeiro no domingo, dia 20. O primeiro é a tentativa de fazer um acordo de facilitação para que a entrada de produtos verde-amarelos em território americano ocorra de forma mais ágil. Outro é obter a garantia do empenho do Executivo para que o parlamento dos Estados Unidos vote a renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP) — pelo qual há isenção da tarifa de importação daquele país.

“Queremos ter mais acesso ao mercado americano e de uma forma mais rápida”, diz o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Alessandro Teixeira. Para ele, a única maneira de reduzir o déficit, que chegou a quase US\$ 8 bilhões em dezembro passado, é elevando as exportações. O assunto estará na mesa tanto em nível ministerial como no fórum com os empresários de ambos países. Como não é possível abarcar tudo, o ministério dará prioridade nas conversas a produtos das áreas alimentícia, transportes, calçados e máquinas e equipamentos.

A entrada mais fácil dos produtos nacionais no mercado americano deve ser resolvida com o Acordo de Cooperação Comercial e Econômica (Teca, na sigla em inglês). De acordo com o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, o tratado será assinado amanhã. Ele cria um mecanismo bilateral para discussão e solução de controvérsias sanitárias e barreiras comerciais, além de aspectos regulatórios, agrícolas e cooperação na Organização Mundial de Comércio (OMC). “Estamos terminando a negociação com a delegação americana para fechar os atos da visita do presidente. A ideia é fechar um acordo amplo e genérico de cooperação entre os dois países”, disse o ministro. O acordo, porém, não inclui tarifas e, por isso, há necessidade de pressão pelo SGP.

Mais competitividade

“Sabemos que o governo americano é favorável ao SGP e, durante as negociações, vamos lembrar que é importante que

DRAGÃO DO ORIENTE



Obama vai pedir apoio para conter China

Há rumores de que um dos interesses implícitos na visita de Barack Obama seja angariar o Brasil como aliado na tentativa de conter o avanço comercial chinês (leia mais na página 8). Mas o tema é rechaçado pelo governo brasileiro, que pretende focar as conversas em temas relacionados apenas ao comércio entre Brasil e Estados Unidos, o que já não é pouco.

se empenhe na aprovação do programa”, diz uma fonte que estará presente às reuniões. O SGP existe em vários países desenvolvidos com o intuito de dar condições, por meio da isenção de impostos de importação, para que produtos de nações em desenvolvimento tenham mais competitividade no comércio bilateral. O mecanismo, criado em 1976, é unilateral e há autonomia para mudanças em meio a discussões pelos parlamentos de quem os concede. No caso dos Estados Unidos, o período de revisão foi aberto em meados do ano passado.

Nesse meio tempo, o governo brasileiro venceu no âmbito da OMC dois contenciosos importantes — algodão (subsídios) e suco de laranja (antidumping) — contra os americanos. À época da decisão sobre o algodão, o Congresso americano criou certa resistência nas negociações sobre os produtos brasileiros no SGP, mas isso foi superado. Porém, até agora — e por motivos alheios —, a renovação não foi aprovada pelo Legislativo dos Estados Unidos e o programa está suspenso desde 1º de janeiro para todos os países beneficiados, incluindo o Brasil.

Aliás, as pressões diplomáticas também se farão presentes caso sejam mencionados os dois contenciosos. Segundo esse interlocutor, o governo ainda espera uma posição mais clara da parte americana sobre as mudanças legais que eliminem completamente os subsídios dados à produção de algodão. Mesmo com a decisão da OMC, os Estados Unidos ainda não reduziram os subsídios.

No ano passado, o tribunal aplicou uma multa a favor dos produtores nacionais de US\$ 829 milhões. O Brasil aceitou acordo para receber US\$ 147 milhões ao ano, que está sendo pago em parcelas mensais ao Instituto Brasileiro do Algodão. No caso do suco de laranja, há possibilidade de apelação. Mas, se houver recurso, o Brasil conta com vitória pois julga que esse procedimento do Departamento de Comércio americano já foi questionado e perdido para vários outros países. “Queremos o fim dessas práticas”, diz o negociador brasileiro. A avaliação que impera é que, com essas duas vitórias comerciais, a negociação na visita de Obama fica reforçada para o lado brasileiro. “Eles estão nos devendo”, afirma. ■ **Colaborou Maéli Prado**

Obama desembarca em Brasília e depois segue para o Rio de Janeiro

Crise reduziu

Produtos manufaturados nacionais são os mais vendidos aos Estados Unidos

Durante oito anos que se seguiram a 2001, o Brasil manteve forte superávit na balança comercial com os Estados Unidos. Em 2005 e 2006, pico do saldo positivo, as vendas de produtos brasileiros para aquele país superaram as compras em US\$ 9,96 bilhões. Mas, de lá para cá, o resultado só fez minguar até que, após a eclosão da crise financeira internacional em 2008, essa vantagem foi revertida a favor dos americanos. Em 2009, o déficit comercial com os Estados Unidos foi de US\$ 4,45 bi-

lhões e, no ano passado, alcançou US\$ 7,73 bilhões.

A corrente de comércio (soma de importações e exportações) bilateral também foi abalada com o rescaldo da turbulência de 2009, caindo a US\$ 35,9 bilhões, nível comparável ao alcançado quatro anos antes. No entanto, já apresenta recuperação. Apesar de ainda não ter voltado ao pico verificado em 2008 — de US\$ 53,45 bilhões —, chegou a US\$ 46,7 bilhões em 2010.

Participação

No início da década passada, os embarques de produtos brasileiros aos Estados Unidos chegaram a representar um quarto

fácil ao mercado americano

Mandel Ngan/AFP



corrente de comércio

do total das exportações do Brasil. No final de 2010, esse percentual caiu a 9,6%. Afinal, com a estratégia de diversificação, as exportações brasileiras conquistaram outros países e a China vem alternando o primeiro lugar no ranking dos destinos de produtos nacionais. A diferença é que para o território chinês sobressaem os produtos básicos e, para o americano, os manufaturados — e aí está o grande interesse do país de retomar as vendas com maior intensidade.

Dados disponíveis no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) mostram que, em janeiro passado, os exportadores

AUGE

US\$ 53,4 bi

foi a corrente de comércio entre Brasil e Estados Unidos em 2008, o melhor ano da série histórica.

US\$ 27,4 bi

foi o total de exportações em 2008. Apesar do recorde, o superávit foi de apenas US\$ 1,4 bi.

nacionais conseguiram vender aos americanos US\$ 711 milhões em produtos de maior valor agregado, resultado 4,8% menor do que em igual período do ano anterior. Em compensação, a venda de básicos deu um salto de 46,3% e ficou em US\$ 559 milhões.

No ano passado, o Brasil exportou US\$ 19,3 bilhões para os Estados Unidos, dos quais US\$ 9,97 bilhões foram em produtos manufaturados e US\$ 3,34 em semimanufaturados. O auge das vendas externas para os americanos foi em 2008 — total de US\$ 27,42 bilhões em exportações, sendo US\$ 21 bilhões em produtos com maior valor agregado. ■ S.C. e E.C.

COMÉRCIO ENTRE BRASIL E EUA

Crise mundial inverteu desempenho da balança, em US\$ bilhões

ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1989	8,23	3,73	4,50
1990	7,59	4,16	3,43
1991	6,26	4,69	1,58
1992	6,93	4,54	2,39
1993	7,84	5,06	2,78
1994	8,82	6,67	2,14
1995	8,68	10,52	-1,84
1996	9,18	11,82	-2,64
1997	9,27	13,71	-4,43
1998	9,75	13,51	-3,77
1999	10,68	11,74	-1,07
2000	13,19	12,90	0,29
2001	14,21	12,91	1,30
2002	15,38	10,29	5,09
2003	16,73	9,57	7,16
2004	20,10	11,36	8,74
2005	22,54	12,67	9,87
2006	24,52	14,66	9,87
2007	25,07	18,72	6,34
2008	27,42	25,63	1,80
2009	15,60	20,03	-4,43
2010	19,31	27,04	-7,73
2011	19,60	27,64	-8,05

Fontes: Secex e Brasil Econômico

TRÊS PERGUNTAS A...



...ADRIANO PIRES

Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE)

“Momento é ideal para discutir a pauta energética com EUA”

O atual cenário internacional — com a ameaça de um desastre nuclear no Japão e a instabilidade constante no Oriente Médio, de onde sai a maior parte do petróleo consumido no planeta — é favorável à pauta energética brasileira, que deve estar entre os temas das conversas entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente americano Barack Obama. “O Brasil não pode perder a oportunidade de cobrar o fim das barreiras ao etanol e de reforçar o fato de que será um grande produtor de petróleo e gás natural daqui a alguns anos”, diz Adriano Pires, referindo-se ao pré-sal e à sobretaxa de US\$ 0,54 cobrada pelos Estados Unidos por galão de etanol importado do Brasil. A cobrança, que deveria ter sido extinta em 31 de dezembro de 2010, foi renovada pelo Congresso americano no ano passado e afeta o comércio entre os países.

O cenário internacional favorece as discussões sobre energia entre Brasil e EUA?

Sim. O Brasil não pode perder a oportunidade de questionar as barreiras impostas pelos Estados Unidos ao nosso etanol. O momento dessa visita é uma grande oportunidade para o Brasil, pois o próprio Obama está disposto a falar sobre parcerias no setor energético, o que abrange petróleo, gás, etanol e biocombustíveis.

O risco nuclear no Japão e a instabilidade do Oriente Médio abrem espaço para o Brasil ser fornecedor de energia?

O Brasil tende a ser um grande produtor de petróleo por causa do pré-sal e tem uma vantagem em relação os países que são hoje os grandes produtores: é democrático, tem estabilidade política, não sofre com disputas étnicas ou religiosas, não tem problemas bélicos com os vizinhos e, por isso, é uma fonte confiável para tornar-se fornecedor.

A demanda por petróleo seguirá aquecida, apesar da busca por fontes alternativas?

Sim. Mas, no caso do Brasil, as oportunidades não estão apenas no petróleo e no etanol. O Brasil pode se projetar na produção de biocombustíveis e na exploração de gás natural, que — depois do acidente nuclear no Japão — tende a ser o substituto do petróleo como fonte de energia porque, apesar de ser um combustível fóssil, é uma opção considerada limpa. Elaine Cotta